
Centrais Elétricas da Paraíba S.A - EPASA

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 15 de fevereiro de 2022, sem ressalvas.

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável,



Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.




Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 13 de fevereiro de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Patricia Seoane
Signed By: PATRICIA SEOANE AZEVEDO BIONDI.00852710550
CPF: 00852710550
Signing Time: 13 de fevereiro de 2023 | 21:58 BRT


E1903251297844FFA8A76C231F9B7571
Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA040103/O-0

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	299.182	165.040	Fornecedores	15	6.487	26.192
Consumidores, concessionárias e permissionárias	8	42.422	149.197	Empréstimos e financiamentos	16	-	16.452
Estoques	11	54.781	63.712	Taxas e contribuições	17	2.771	1.657
Outros créditos	12	23.668	41.283	Passivo fiscal corrente	10	48.368	2.231
Tributos a compensar	9	<u>17.278</u>	<u>30.477</u>	Obrigações com pessoal		1.635	1.554
				Outras contas a pagar	19	<u>24.203</u>	<u>30.887</u>
Total do ativo circulante		437.331	449.709	Total do passivo circulante		83.463	78.973
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	18	12	14	Empréstimos e financiamentos	16	-	26.603
Outros créditos	12	2.520	3.235	Débitos fiscais diferidos	20	64.909	94.857
Imobilizado	13	181.364	268.882	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	750	800
Intangível	14	<u>5.137</u>	<u>7.407</u>	Outras contas a pagar	19	<u>52</u>	<u>220</u>
Total do ativo não circulante		189.033	279.538	Total do passivo não circulante		65.711	122.480
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social		161.413	221.413
				Reservas de lucros		<u>315.777</u>	<u>306.381</u>
				Total do patrimônio líquido		477.191	527.794
Total do ativo		<u>626.364</u>	<u>729.247</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>626.364</u>	<u>729.247</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Demonstração do resultado**

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	22	311.259	1.370.875
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	24	(134.980)	(1.163.741)
Custo com energia elétrica	23	<u>(26.900)</u>	<u>(38.709)</u>
Lucro bruto		149.379	168.425
Despesas operacionais			
Reversão (Perda) por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	11	33
Despesas gerais e administrativas	24	(11.900)	(12.889)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	<u>(155)</u>	<u>(558)</u>
Lucro operacional		137.335	155.011
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	34.865	3.448
Despesas financeiras	25	<u>(4.958)</u>	<u>(6.073)</u>
Resultado financeiro		29.907	(2.625)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		167.242	152.386
Imposto de renda	20	(16.373)	(5.864)
Contribuição social	20	<u>(15.085)</u>	<u>(12.757)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social		<u>(31.458)</u>	<u>(18.621)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>135.783</u>	<u>133.765</u>
Lucro por ação básico e diluído atribuído aos acionistas (Em Reais)		<u>0,54</u>	<u>0,47</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Demonstração do resultado abrangente**
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	135.783	133.765
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>135.783</u>	<u>133.765</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		221.413	41.461	172.203	11.204	-	446.281	
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	21	-	-	-	(11.204)	-	(11.204)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	133.765	133.765	
<i>Destinação do lucro:</i>								
Constituição de reserva legal	21	-	2.820	-	-	(2.820)	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	21	-	-	28.304	-	(28.304)	-	
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,145 por ação) e pagos	21	-	-	-	-	(41.048)	(41.048)	
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	61.593	(61.593)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		221.413	44.281	200.507	61.593	-	527.794	
Distribuição de reserva de dividendos de exercício anterior	21	-	-	-	(61.593)	-	(61.593)	
Redução de capital social	21	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	135.783	135.783	
<i>Destinação do lucro:</i>								
Constituição de reserva legal	21	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração	21	-	-	27.567	-	(27.567)	-	
Dividendos antecipados propostos (R\$ 0,258 por ação) e pagos	21	-	-	-	-	(64.794)	(64.794)	
Constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	43.422	(43.422)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022		161.413	44.281	228.074	43.422	-	477.191	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Demonstração do valor adicionado

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
1 - Receita	350.681	1.530.721
1.1 Receita de venda de energia e serviços	347.711	1.526.961
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	2.965	3.727
1.3 Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	5	33
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(68.465)	(1.125.071)
2.1 Custo com energia elétrica	(29.638)	(42.655)
2.2 Material	(16.627)	(1.040.990)
2.3 Serviços de terceiros	(16.310)	(15.331)
2.4 Outros	(5.890)	(26.095)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	282.216	405.649
4 - Retenções	(91.322)	(90.615)
4.1 Depreciação e amortização	(91.322)	(90.615)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	190.894	315.034
6 - Valor adicionado recebido em transferência	36.558	3.616
6.1 Receitas financeiras	36.558	3.616
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	227.452	318.651
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	18.804	17.798
8.1.1 Remuneração direta	12.722	11.941
8.1.2 Benefícios	4.920	4.569
8.1.3 FGTS	1.162	1.288
8.2 Impostos, taxas e contribuições	68.083	161.141
8.2.1 Federais	67.992	161.055
8.2.2 Estaduais	-	-
8.2.3 Municipais	92	87
8.3 Remuneração de capital de terceiros	4.782	5.947
8.3.1 Juros	4.717	5.882
8.3.2 Aluguéis	65	65
8.4 Remuneração de capital próprio	135.783	133.765
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	108.216	98.773
8.4.2 Lucros retidos	27.567	34.992
	227.452	318.651

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Lucro antes dos tributos		167.242	152.386
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	13 e 14	91.323	90.615
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	(50)	(19)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	8	(5)	(33)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	25	4.581	4.588
		263.089	247.537
Variações nos ativos operacionais:			
Consumidores, concessionárias e permissionárias		106.781	(34.867)
Impostos correntes		(13.257)	(34.817)
Tributos a compensar		13.199	(15.047)
Depósitos judiciais		2	9
Estoques		8.931	(12.188)
Outros créditos		18.330	13.151
Variações nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(19.705)	18.918
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	-	-
Outros tributos e contribuições sociais		44.303	48.869
Débito fiscal diferido		(29.948)	(18.158)
Outros passivos operacionais		(6.772)	(6.475)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		384.953	206.932
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.204)	(27.951)
Encargos de dívidas pagos	16	(2.727)	(4.384)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		366.022	174.597
Atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado e intangível	13 e 14	(1.623)	(1.458)
Alienação de imobilizado e intangível	13 e 14	88	171
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados		(202)	12.866
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		(1.737)	11.579
Atividades de financiamentos			
Amortização de principal de empréstimos	16	(43.756)	(73.482)
Redução de capital		(60.000)	-
Dividendos pagos		(126.387)	(52.252)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamentos		(230.143)	(125.734)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		134.141	60.442
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		165.040	104.598
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		299.182	165.040
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		134.142	60.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com a finalidade específica de desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, que em conjunto são denominadas (“UTES”), ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada prevista de 170,80 MWh cada. As UTES receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica através das Portarias do MME nº 340, de 6 de dezembro de 2007, e nº 347, de 11 de dezembro de 2007, para a UTE Termoparaíba e a UTE Termonordeste, respectivamente. Não estão previstas as renovações ou prorrogações das autorizações, bem como indenização dos investimentos realizados, assegurando-se o direito de remoção das instalações realizadas no final do período. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termoparaíba.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Projetada s/n, Engenheiro Triunfo, Estrada do Aterro Sanitário Km 01, Distrito Industrial, CEP 58000-000, cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba.

As UTES Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, esse custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada.

Há dois tipos de receita nas UTES:

Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.

Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTES e valorada ao CVU: que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTES, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

No exercício de 2022, a companhia teve uma redução significativa em sua receita e custo operacional. O principal fator para variação foi o despacho médio de 0,6% da capacidade instalada em 2022 (46% em 2021), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de fevereiro de 2023.

Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidas

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

nas demonstrações financeiras. As receitas do segmento operacional da EPASA estão atreladas à disponibilidade da infraestrutura de geração termoelétrica bem como ao valor da CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da geradora causada pelas medidas de combate à COVID-19.

De forma geral, a Companhia empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na **Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros**.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em milhares de Reais)

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos montam um saldo de R\$ 64.909 relacionadas a diferenças temporárias e da utilização da depreciação acelerada. A estimativa é que todo o saldo seja utilizado até o final do período de contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2024.

(c) Vida útil dos ativos (depreciação e amortização).

No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstratação antecipada das UTEs à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural.

Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização, qual seja, 31 de dezembro de 2024. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa 6.6.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. As normas avaliadas para o período foram as seguintes:

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado"**: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

- **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"**: substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:**
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41/CP 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

6 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica.

As receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável, pela venda de energia elétrica, é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

6.2 Subvenções governamentais (Lucro da exploração)

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos. A Companhia possui direito à utilização do benefício até 31/12/2027, conforme Laudo Constitutivo nº 337/2018.

Em 2015, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de empresas localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da Companhia. Para maiores detalhes, ver **nota explicativa 22 - Patrimônio Líquido**.

6.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- i) Receita de juros;
- ii) Despesa de juros;
- iii) Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e;
- iv) Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Administração da Companhia conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

6.5 Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

6.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, e nos exercícios anteriores utilizou-se o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel. No início do exercício de 2020, a Companhia avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não tem mais expectativa de participar de novos leilões no curto prazo, visto que os novos leilões de energia não contemplam fontes de combustível a óleo, que engloba concessionárias como a Companhia. Adicionalmente, as discussões em âmbitos regulatórios foram pautadas por temas como desconstratação antecipada das UTEs à óleo e renovações de térmicas à Gás Natural.

Neste cenário, em 2020 a Administração avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado como fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as demonstrações financeiras.

A depreciação é reconhecida no resultado.

Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações seja definido, com a mudanças das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil limitada

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

a, no máximo, 15 anos, com término ao final de 2024, considerando o período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, momento no qual as UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica, conforme Nota Explicativa 4 (c).

6.7 Intangível

Reconhecimento e mensuração

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazos estimados de amortização do intangível estão entre 5 e 10 anos, observando a limitação até o final da autorização.

6.8 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- . Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante.
- . Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao FVOCI.

- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

6.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não-derivativos

O CPC 47 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

6.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

6.12 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Como arrendatário

No início de um contrato a Companhia avalia se o contrato contém um arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo de arrendamento, ou se o custo de ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. Os pagamentos do arrendamento devem ser descontados, utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser determinada imediatamente. Se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, o arrendatário deve utilizar a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxa de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multa por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercera uma opção e compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.13 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “reserva para proposta de dividendos propostos”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediário apurado através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários na data-base de 30 de junho só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

6.14 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional, requerido como parte das demonstrações financeiras de companhias abertas.

6.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

- IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021) - Contratos de Seguros;
- Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2 - Divulgação de Políticas Contábeis;
- Alterações à IAS 8/CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis; e,
- Alterações à IAS 12/CPC 32 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos e contas correntes	6.220	1.044
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo (a)	23	18
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	<u>292.939</u>	<u>163.977</u>
	<u>299.182</u>	<u>165.040</u>

- (a) **Aplicações financeiras de curtíssimo prazo** - são remuneradas diariamente através de uma aplicação investimento automático de liquidez diária com rentabilidade de aproximadamente 5% do CDI (5% do CDI em 2021).
- (b) **Aplicações financeiras de curto prazo** - São remuneradas diariamente através de uma aplicação em operações com Certificado de Depósito Bancário – CDB, com rentabilidade entre 99% e 102% do CDI (entre 85% e 101% do CDI em 2021), com prazo de resgate em até 60 dias. Devido a ausência de despachos para geração de energia não houve a necessidade de reposição de matéria-prima, ocasionando no aumento do saldo de banco e aplicações financeiras de curto prazo. Os valores possuem natureza de reserva de caixa e não de investimento financeiro.

8 Consumidores, concessionárias e permissionárias

	2022	2021
Operações realizadas na CCEE (a)	691	994
Concessionárias e permissionárias – Partes relacionadas (b)	7.383	26.415
Concessionárias e permissionárias (b)	<u>34.496</u>	<u>121.941</u>
	42.570	149.351
Perda esperada de liquidação duvidosa (c)	<u>(148)</u>	<u>(153)</u>
	<u>42.422</u>	<u>149.197</u>

A Companhia possui cronograma de recebimento de 45 dias, dessa forma não possui títulos vencidos não considerados nas perdas esperadas.

- (a) **Operações realizadas na CCEE** - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações:
- Revenda da compra de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão;
 - Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão;
 - Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (b) **Concessionárias e permissionárias** - Referem-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a concessionárias e permissionárias, transações efetuadas, principalmente com Companhias fora do Grupo CPFL Energia.
- (c) A perda esperada considera estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas com clientes contratuais, e as perdas com clientes não contratuais já estão reconhecidas.

Movimentação na provisão para perda ao valor recuperável

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(153)	(932)
Reversão	9	33
Adição	(4)	-
Baixas	-	746
	<u>-</u>	<u>746</u>
Saldo final do exercício	<u>(148)</u>	<u>(153)</u>

9 Tributos a compensar

	2022	2021
Programa de integração social - PIS (a)	2.976	2.976
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (a)	3.082	3.082
Créditos de ICMS - Aquisição de combustível (b)	4.577	20.067
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	6.643	4.352
	<u>17.278</u>	<u>30.477</u>

- (a) **PIS/COFINS a compensar** - Estão relacionados à créditos das contribuições sociais do PIS/PASEP e da COFINS. A expectativa da Administração é de que sejam realizados ao longo do exercício de 2023;

Créditos de ICMS - Aquisição de combustível - Refere-se ao crédito de ICMS oriundo da diferença de alíquotas na saída do Combustível da Petrobras, o qual é substituto tributário e emite nota fiscal com alíquota interna integral de 18% (dezoito por cento), sem observar o Regime Especial de Tributação do imposto na entrada da mercadoria no Estado da Paraíba. A Companhia vem alternativamente requerendo a restituição da parte incentivada de 10% (dez por cento) do ICMS por substituição tributária, cujos créditos obtidos são registrados somente após a homologação na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da Paraíba e são compensados com o fornecedor.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

10 Impostos fiscais correntes

	2022	2021
Ativo		
Imposto de renda - IRPJ	7.034	11.737
Contribuição social - CSLL	6.223	13.973
	<u>13.257</u>	<u>25.710</u>
Passivo		
Imposto de renda - IRPJ	(38.614)	(13.130)
Contribuição social - CSLL	(23.010)	(14.811)
	<u>(61.624)</u>	<u>(27.941)</u>
	<u>(48.368)</u>	<u>(2.231)</u>

Os valores são referentes a pagamentos de IR e CSLL antecipados em 2022, ou retidos da Companhia em exercícios anteriores, que não foram utilizados para compensação de outros impostos através de PER/DCOMP, mas que serão compensados em 2023.

11 Estoques

	2022	2021
Insumos para produção de energia	32.390	48.798
Peças e materiais de manutenção periódica	21.218	14.914
Outros (a)	1.173	-
	<u>54.781</u>	<u>63.712</u>

Os estoques da Companhia são representados, em sua maioria, pelos insumos utilizados na produção de energia (óleo lubrificante, diesel e OCB1). Os demais referem-se às peças utilizadas para a manutenção periódica e preventiva de suas máquinas e equipamentos, além de matéria prima.

- (a) Nesta rubrica são contabilizados os gastos atrelados aos processos de importação de materiais e referem-se a mercadorias em trânsito. São registradas as compras de materiais importados no momento que estão disponíveis para coleta e transporte quando este for de responsabilidade da Companhia, mesmo que em solo estrangeiro.

A administração não identificou fatores de obsolescência sobre os estoques.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

12 Outros créditos

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos – fornecedores (a)	658	12.488	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados (b)	2.725	3.595	196	-
Ordens em curso (c)	17.052	22.394	-	-
Despesas antecipadas (d)	1.498	1.343	2.324	3.235
Outros	1.735	1.464	-	-
	<u>23.668</u>	<u>41.283</u>	<u>2.520</u>	<u>3.235</u>

- (a) **Adiantamentos a fornecedores** - Compreendem valores adiantados a fornecedores referente a compra de materiais para manutenção das usinas.
- (b) **Cauções, fundos e depósitos vinculados** – Valor composto, principalmente, por garantia financeira de pagamento de encargos (CUST) correspondente a ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) referente a encargos de utilização do sistema de transmissão.
- (c) **Ordens em curso** - Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 20). No exercício de 2022 houve o encerramento de alguns projetos. A previsão da administração é que os demais projetos sejam concluídos no exercício de 2023.
- (d) **Despesas antecipadas** – Compreendem seguros da Companhia e valores antecipados a título de FEEF (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal) para obter liberação das parcelas de ressarcimento de ICMS, vide Nota Explicativa 9.

13 Imobilizado

	Edificação s obras civis e benfeitori as	Máquinas e equipame ntos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2020	<u>21.189</u>	<u>329.102</u>	<u>163</u>	<u>232</u>	<u>4.949</u>	<u>355.637</u>
Adições	-	-	344	-	1.114	1.458
Transferências	-	-	(270)	-	-	(270)
Depreciação	(5.297)	(82.642)	(43)	(58)	-	(88.040)
Baixa da depreciação	-	-	99	-	-	99

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Saldo em						
31/12/2021	15.892	246.460	293	175	6.063	268.882
Adições	-	-	-	-	1.204	1.204
Baixas	-	-	-	-	(88)	(88)
Transferências	94	4.815	-	-	(4.908)	-
Depreciação	(5.302)	(83.172)	(103)	(58)	-	(88.634)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	-
Saldo em						
31/12/2022	10.684	168.103	190	117	2.271	181.364
Custo histórico	36.260	670.236	344	588		
Depreciação acumulada	(25.576)	(496.158)	(155)	(471)		
Taxa média de depreciação	14,66%	12,63%	30,00%	9,87%		

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de desvalorização dos ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

Considerando o que predispõe o CPC 27 onde a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica, no exercício de 2020, a Companhia verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos Ativos à vida útil econômica do Empreendimento. A perspectiva do ajuste das taxas de Depreciação considerou aspectos mercadológicos, sendo: i) os últimos leilões de energia não contemplaram fontes de combustível à óleo, e ii) o tema predominante nas discussões regulatórias é acerca da renovação térmica à Gás Natural. Neste sentido, a Companhia realiza a depreciação dos ativos de modo que esteja completa na mesma data de encerramento da vida útil econômica do empreendimento, qual seja, em 31 de dezembro de 2024.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

14 Intangível

A movimentação do intangível, composto apenas por *Softwares*, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo em 31/12/2020	<u>9.955</u>
Amortização	(2.548)
Saldo em 31/12/2021	<u>7.407</u>
Adição	419
Transferência	-
Amortização	(2.689)
Saldo em 31/12/2022	<u>5.137</u>
Custo histórico	33.689
Amortização acumulada	(28.552)

Para todos os períodos apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, entre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

15 Fornecedores

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	365	444
Encargos de uso da rede elétrica	2.228	1.993
Materiais e serviços	<u>3.894</u>	<u>23.754</u>
	<u>6.487</u>	<u>26.192</u>

Em virtude da baixa geração no exercício de 2022, o saldo represado de fornecedores foi quitada em sua maior parte. O remanescente refere-se às operações normais da Companhia.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**
(Valores expressos em milhares de Reais)**16 Empréstimos e financiamentos**

	2022				2021			
	Principal		Principal		Principal		Principal	
	Encargos - circulante	Circulante	Não circulante	Total	Encargos - circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Mensuradas ao custo Moeda nacional BNDES/ BNB- Investimento	-	-	-	-	134	16.318	26.603	43.055
	-	-	-	-	134	16.318	26.603	43.055
Mensuradas ao custo Moeda Nacional	31/12/2022	31/12/2021	Remuneração	Condições de amortização	Garantias			
FINEM	-	43.055	TJLP + 1,82%a.a.	152 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Fiança da CPFL Energia			
Total mensuradas ao custo	-	43.055						

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

Abaixo a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>116.333</u>
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	4.588
Amortização de principal	(73.482)
Pagamento de juros	<u>(4.384)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>43.055</u>
Encargos e atualizações monetárias e cambiais	3.428
Amortização de principal (a)	(43.756)
Pagamento de juros	<u>(2.727)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>

(a) Em dezembro de 2022 a Companhia optou por liquidar de forma antecipada o empréstimo ora vigente junto ao BNDES. O montante pago nesta competência montou R\$ 28.911.

17 Taxas e contribuições

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	35	38
Programa de integração social – PIS	320	161
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.509	752
Outros	<u>907</u>	<u>706</u>
	<u>2.771</u>	<u>1.657</u>

18 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e depósitos judiciais

	2022		2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e Trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhista	-	12	-	14
Cíveis	-	-	50	-
Fiscais	750	-	750	-
Outros	-	-	-	-
	<u>750</u>	<u>12</u>	<u>800</u>	<u>14</u>

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	-	-	-	-	-
Cíveis	50	-	(50)	-	-
Fiscais	750	-	-	-	750
	800	-	(50)	-	750

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	69	300	(155)	(214)	-
Cíveis	-	50	-	-	50
Fiscais	750	-	-	-	750
	819	350	(155)	(214)	800

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia.

Perdas possíveis - A Companhia tem outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para estes. Essas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre estas foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis da Companhia estão assim representadas: i) trabalhistas R\$ 440 (R\$ 460 em 31 de dezembro de 2021), ii) cíveis R\$ 1.021 (R\$ 987 em 31 de dezembro de 2021), iii) fiscais R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

19 Outras contas a pagar

	Circulante		Não circulante	
	2022	2021	2022	2021
Consumidores e concessionárias (a)	43	190	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (b)	20.416	26.888	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	100	306	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	50	153	-	220
Folha de pagamento	565	255	-	-
Participação nos lucros	2.526	2.258	-	-
Outros	503	837	51	-
	24.203	30.887	51	220

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (a) **Consumidores e concessionárias** - Refere-se, basicamente, à obrigação de ressarcimento às distribuidoras por conta da insuficiência na geração de energia elétrica.
- (b) **Programas de pesquisa e desenvolvimento** - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

20 Débitos fiscais diferidos

20.1 Composição dos débitos fiscais

	2022	2021
Crédito (débito) de contribuição social		
Bases negativas	(7.918)	(8.101)
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>22.411</u>	<u>30.522</u>
Subtotal	14.493	22.421
Crédito (débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	(11.774)	(12.282)
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>62.190</u>	<u>84.718</u>
Subtotal	<u>50.416</u>	<u>72.436</u>
	<u>64.909</u>	<u>94.857</u>

O diferido é composto pela parcela diferida das provisões e reversões de: contingências, participação nos lucros e resultados dos colaboradores, perda por redução ao valor recuperável do contas a receber, ganho/ perda de operações com moeda estrangeira, depreciação acelerada e prejuízo fiscal de exercícios anteriores.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

20.2 Reconciliação dos montantes da contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	167.242	167.242	152.385	152.385
Alíquotas fiscais	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas	41.810	15.052	38.096	13.715
Adições temporárias e permanentes:	102.203	99.695	36.216	34.144
Exclusões temporárias e permanentes	(11.268)	(11.268)	(21.929)	(21.929)
Base de Cálculo Antes da Compensação	258.177	255.669	166.672	164.600
Compensação de 30% prejuízos fiscais	-	-	-	-
Base de cálculo após compensação	258.177	255.669	166.672	164.600
Imposto de renda devido	38.726	-	25.001	-
Adicional de 10% cálculo do imposto de renda	25.793	-	16.643	-
Isenção do incentivo do PAT	(201)	-	(203)	-
Efeito do lucro da exploração	(25.932)	-	(30.004)	-
Contribuição social devida	-	23.012	-	14.814
Outras estimativas e compensações	-	-	-	-
IRPJ/CSLL Diferido	<u>(22.021)</u>	<u>(7.927)</u>	<u>(5.572)</u>	<u>(2.056)</u>
Imposto de Renda e Contribuição no Resultado	<u>(16.373)</u>	<u>(15.085)</u>	<u>(5.864)</u>	<u>(12.757)</u>
Alíquota Efetiva	<u>10%</u>	<u>9%</u>	<u>4%</u>	<u>8%</u>

21 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 161.413, correspondente a 250.794.494 ações ordinárias, conforme quadro abaixo:

Acionistas	Ações	Participação - %
CPFL Geração de Energia S/A	133.781.307	53,343
EBrasil Gás e Energia S/A	104.491.018	41,664
Aruanã Energia S/A	6.169.544	2,460
OZ&M Incorporação, Participação Ltda.	<u>6.352.625</u>	<u>2,533</u>
Total	<u>250.794.494</u>	<u>100,000</u>

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 2022, houve a redução proporcional do capital social e da cotas de participação no total de R\$ 60.000 e 32.167.251, respectivamente, aprovada em assembléia extraordinária.

b. Destinação do lucro líquido do exercício

Ao final de cada exercício social, o lucro terá as seguintes destinações:

5% para reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

25% do lucro líquido do exercício, estipulado de acordo com o artigo 202 da lei das sociedades anônimas, para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

O saldo será destinado conforme deliberação da assembleia geral.

Para os exercícios de 2022 e 2021, a Administração da Companhia propôs que os lucros dos exercícios nos montantes de R\$ 135.783 e R\$ 133.765, respectivamente, fossem destinados da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	135.783	133.765
(-) Constituição de reserva legal	-	(2.820)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais - lucro de exploração (vide nota 23.c)	(27.567)	(28.304)
(=) Base total dos dividendos	<u>108.216</u>	<u>102.641</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>27.054</u>	<u>25.660</u>
Dividendos antecipadamente distribuídos (1º semestre)	64.794	41.048
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	<u>16.368</u>	<u>35.933</u>
Total - Base de dividendos	<u>108.216</u>	<u>102.641</u>

Ainda no exercício de 2022, foi distribuído o montante de R\$ 64.794 (R\$ 0,25 por ação) referente a proposta de antecipação de dividendos do exercício de 2022 com base no resultado auferido até 30 de junho de 2022. Em 2021, também houve a distribuição antecipada dos dividendos do exercício correspondente a R\$ 41.048 (R\$ 0,15 por ação).

A título de distribuição de dividendos de exercício anterior, foi distribuído o montante de R\$ 61.593, valor maior que 2021 o qual distribuiu R\$ 11.204 como dividendo adicional proposto. Para 2022, houve constituição de reserva para proposta de dividendos adicionais futuros no montante de R\$ 43.422 os quais foram propostos pelo conselho de administração. Os mesmos não foram reconhecidos como passivos.

Está sob análise da administração o fato do saldo da reserva legal exceder a proporção legal de 20% do capital social (art. 193, Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976). Para o exercício de 2023 serão definidas as tratativas sobre o excedente.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

c. Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelo Laudo Constitutivo nº 0337/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

22 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	341.604	1.505.599
Energia elétrica de curto prazo	<u>6.107</u>	<u>21.361</u>
Total da receita operacional bruta	<u>347.711</u>	<u>1.526.961</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(5.737)	(25.195)
COFINS	(26.426)	(116.049)
Programa de P&D e eficiência energética	(3.124)	(13.720)
Taxa de fiscalização	<u>(1.164)</u>	<u>(1.121)</u>
	<u>(36.451)</u>	<u>(156.086)</u>
Receita operacional líquida	<u>311.259</u>	<u>1.370.875</u>

A diminuição na receita é explicada pela baixa geração de energia em 2022, tendo apenas a receita fixa como principal fonte. O total da receita em 2022 foi de R\$341.604 sendo, R\$325.283 referente a receita fixa e R\$ 16.321 referente a receita variável. Comparando com 2021, a receita fixa total foi de R\$ 295.953 e a variável total de R\$ 1.231.008.

A Companhia teve um despacho médio de 0,6% da capacidade instalada em 2022 (46% em 2021). Este despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). A receita fixa é recebida em função da disponibilidade da Companhia para o sistema elétrico.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

23 Custo com energia elétrica

	2022	2021
Energia comprada para revenda		
Energia adquirida de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	(4.510)	(21.385)
(-) Crédito de PIS e COFINS	<u>417</u>	<u>1.978</u>
Subtotal	<u>(4.093)</u>	<u>(19.407)</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos da rede básica	(24.327)	(20.601)
Encargos de conexão	(801)	(669)
(-) Crédito de PIS e COFINS	<u>2.321</u>	<u>1.967</u>
Subtotal	<u>(22.807)</u>	<u>(19.302)</u>
Total custo de energia elétrica	<u>(26.900)</u>	<u>(38.709)</u>

Atualmente, a compra de energia é necessária, principalmente, para suprir as perdas inerente ao processo produtivo e assim atender a demanda, procedimento muito comum no setor elétrico.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

24 Custos e despesas operacionais

	Custo de operação		PECLD		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(14.455)	(13.669)	-	-	(8.290)	(7.635)	-	-	(22.745)	(21.304)
Material	(14.712)	(1.046.422)	-	-	(190)	(2.238)	-	-	(14.902)	(1.048.660)
Serviços de terceiros	(13.976)	(12.826)	-	-	(1.179)	(484)	-	-	(15.155)	(13.310)
Depreciação e amortização	(89.266)	(88.810)	-	-	(2.056)	(1.805)	-	-	(91.322)	(90.615)
Taxa de Arrecadação	-	-	-	-	-	-	(182)	(211)	(182)	(211)
Provisão para perdas do contas a receber	-	-	11	33	-	-	-	-	11	33
Aluguéis	(65)	(65)	-	-	-	-	-	-	(65)	(65)
Publicidade e propaganda	-	(1)	-	-	(55)	(23)	-	-	(55)	(24)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	24	(355)	-	-	24	(355)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros ativos não circulantes	-	-	-	-	-	-	27	(347)	27	(347)
Outros	(2.506)	(1.948)	-	-	(154)	(349)	-	-	(2.660)	(2.297)
Total	(134.980)	(1.163.741)	11	33	(11.900)	(12.889)	(155)	(558)	(147.024)	(1.177.155)

Devido a baixa geração em 2022, o consumo de materiais foi significativamente menor em comparação com 2021.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

25 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	33.591	3.388
Acréscimos e multas moratórias	188	-
Atualização de créditos fiscais	203	120
Atualizações monetárias e cambiais	2.134	5
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.390)	(148)
Outros	139	83
	<u>34.865</u>	<u>3.448</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas (a)	(3.428)	(4.588)
Atualizações monetárias e cambiais	(1.153)	(1.432)
Outros	(377)	(52)
	<u>(4.958)</u>	<u>(6.073)</u>
Resultado financeiro	<u>29.907</u>	<u>(2.625)</u>

(a) Conforme movimentação de empréstimos, vide Nota Explicativa 16.

26 Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como um dos acionistas a CPFL Geração de Energia S.A. e é indiretamente controlada em conjunto, na proporção de 53,34% (53,34% em 31 de dezembro de 2021) pela CPFL Energia S.A.

Os demais acionistas que representam 46,66% (46,66% em 31 de dezembro de 2021) são:

(i) EBRASIL Gás e Energia S.A.

A EBRASIL Gás e Energia S.A. (“EGÁS”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em João Pessoa - Paraíba, constituída em 23 de Maio de 2014 com o objetivo de participar de outras sociedades.

(ii) Aruanã Energia S.A.

A Aruanã Energia S.A. tem por objeto a exploração de qualquer gênero de serviços, comércio e indústria, especialmente os seguintes: Geração, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica em caráter permanente, na modalidade de produção independente; o desenvolvimento de estudos e projetos para construção, operação e geração de unidades voltadas à produção de energia elétrica no território nacional e no exterior; consultoria e assessoria de negócios relativos ao setor de energia, importação e exportação de equipamentos industriais; locação de equipamentos de geração de energia elétrica e de outros equipamentos industriais; atuação individual e participação em parceria com o setor público ou privado na elaboração de estudos e projetos nas áreas de petróleo e gás de energia; exploração de campos petrolíferos e de gás natural, na plataforma continental e no mar; desenvolvimento das atividades de comercialização e distribuição de equipamentos industriais, incluindo grupos geradores, componentes de grupos geradores, peças e painéis elétricos, bem como

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

a representação comercial dos mesmos produtos; prestação de serviços na operação e manutenção de equipamentos industriais, incluindo grupos geradores, painéis elétricos e outros equipamentos; fabricação e comercialização de bicicletas, triciclos não-motorizados, peças e acessórios; e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais. A Companhia é controlada pela América Consulting Ltda., representada por Robert McKinnon, Karla McKinnon e Brian Brewer.

(iii) **OZ&M Incorporação, Participação Ltda.**

A Empresa tem como objeto as atividades de construção civil em geral; elaboração e execução de projetos e cálculos de engenharia, projetos e serviços de instalações elétricas, hidro-sanitárias e telefônicas; incorporação e comercialização de imóveis próprios; comércio, representações e locação de materiais e equipamentos ligados às suas atividades industriais; prestação de serviços técnicos e locação de mão-de-obra especializada. A Companhia é controlada por Marcos Vital Naves de Alcântara e Bruno Santos Oliveira.

Foram consideradas como partes relacionadas as transações com os acionistas e Companhias do Grupo CPFL Energia, e em 2022 não houve transações com os demais acionistas citados acima. Os saldos e as transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados no quadro abaixo.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

Venda de energia - Refere-se basicamente à venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Companhia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas preestabelecidas pela Administração da Companhia.

Prestação de serviços - Refere-se a serviços de apoio administrativo, tecnologia de informação e recursos humanos.

Remuneração do pessoal chave - A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - 05 (R1), foi de R\$ 4.696 (R\$ 4.476 em 2021). Este valor é composto por R\$ 4.572 (R\$ 4.286 em 2021) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 124 (R\$ 190 em 2021) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa

Empresas	Despesas	
	2022	2021
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	(21)	(18)
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil Ltda.	(6)	(4)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A	(561)	(484)
Canarana Transmissoras de Energia S.A	(55)	(48)
Catxerê Transmissora de Energia S.A.	(52)	(45)
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(124)	(95)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	(48)	(38)
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A	(88)	(75)
Iracema Transmissora de Energia S.A.	(24)	(21)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	(156)	(170)

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Valores expressos em milhares de Reais)

		Despesas		
		2022	2021	
Empresas				
	Linhas de Transmissão de Montes Claros S/A.	(35)	(29)	
	Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	(46)	(38)	
	Luiziânia-Niquelândia Transmissora S.A.	(4)	(3)	
	Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	(5)	(4)	
	Matrincha Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A	(195)	(164)	
	Paranaíba Transmissora de Energia S.A	(129)	(112)	
	Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia	(349)	(303)	
	Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	(37)	(31)	
	Porto Primavera Transmissora de Energia S.A	(83)	(85)	
	Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A	(34)	(28)	
	Serra de Mesa Transmissora de Energia S.A	(113)	(103)	
	Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	(33)	(28)	
	Xingu Rio Transmissora de energia S.A	(1158)	(977)	
		Receitas		
		2022	2021	
Empresas				
	Companhia Jaguarí de Energia	395	1.739	
	Companhia Paulista de Força e Luz	35.431	156.162	
	Companhia Piratininga de Força e Luz	27.369	120.626	
	RGE Sul Distribuidora de Energia S/A	3.054	13.460	
27	Seguros			
	Descrição	Ramo da apólice		
			2022	
			2021	
	Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	299.400	549.677
	Automóveis	Cobertura compreensiva	1.530	1.530
	Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica, vidas em grupo e acidentes	25.000	25.000
	Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	3.921	-
			<u>329.851</u>	<u>576.207</u>

28 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Mensuração	Nível Hierarquia (*)	2022		2021	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	(2)	Nível 2 (**)	299.182	299.182	165.040	165.040
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1)	Nível 1	42.422	42.422	149.197	149.197
Outros créditos	(1)	Nível 1	<u>26.189</u>	<u>26.189</u>	<u>44.518</u>	<u>44.518</u>
			<u>367.793</u>	<u>367.793</u>	<u>358.755</u>	<u>358.755</u>
Passivo						
Fornecedores	(1)	Nível 1	6.486	6.486	26.192	26.192
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(2)	Nível 2 (**)	-	-	43.055	40.520
Outras contas a pagar	(1)	Nível 1	<u>24.255</u>	<u>24.255</u>	<u>31.107</u>	<u>31.107</u>
			<u>30.741</u>	<u>30.741</u>	<u>100.353</u>	<u>100.353</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(**) Apenas para fins de divulgação de acordo com CPC 40 (R1).

Mensuração:

(1) - Mensurado ao valor justo; e (2) - Mensurado ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

Ativos financeiros: O caixa e os equivalentes de caixa, a conta de consumidores, concessionárias e permissionárias e outros créditos são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Não existe divergência entre valores contábeis e valor justo.

Passivos financeiros: Fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

a. Hierarquia para valorização dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

b. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de juros, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

- (i) Com o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 seja mantido; e
- (ii) Com os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 13,65% a.a. - TJLP 7,20% a.a.).

Os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma receita financeira de R\$ 40.838 (receita de CDI). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor do resultado financeiro seria impactado da seguinte maneira:

Instrumentos		Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos ativos	financeiros	299.182	Baixa CDI	40.838	30.629	20.419
		299.182		40.838	30.629	20.419
Instrumentos passivos	financeiros	-	Alta TJLP	-	-	-
Total		299.182		40.838	30.629	20.419

(a) Efeitos no resultado abrangente acumulado

Efeitos no resultado do período

Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

c. Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
31/12/2022	Nota explicativa							
Fornecedores	16	6.487	-	-	-	-	-	6.487
EPE / FNDCT / PROCEL		151	301	1.356	3.616	-	-	5.424
Total		6.638	301	1.356	3.616	-	-	11.911
		Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
31/12/2021	Nota explicativa							
Fornecedores	16	25.817	375	-	-	-	-	26.192
Empréstimos e financiamentos – principal e encargos	17	1.360	2.720	12.239	26.737	-	-	43.055
EPE / FNDCT / PROCEL		459	-	-	-	-	-	459
Total		27.636	3.095	12.239	26.737	-	-	69.706

29 Gestão de riscos

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seus Conselhos Fiscal e de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

- **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures.
- **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.
- **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros**

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

30 Compromissos assumidos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra são como segue:

Obrigações Contratuais em 31/12/2022	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	3.893	-	-	-	3.893
Encargos de Transmissão e Distribuição	<u>2.594</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.594</u>
Total	<u>6.487</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.487</u>

Obrigações Contratuais em 31/12/2021	Menos de 1 ano	1-3 Anos	4-5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	17.418	24.034	-	-	41.453
Encargos de Transmissão e Distribuição	<u>26.298</u>	<u>52.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.894</u>
Total	<u>43.716</u>	<u>76.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.346</u>

31 Eventos subsequentes

No dia 03 de fevereiro de 2023, houve a aprovação, através de Assembleia Geral Extraordinária, da redução de capital social da Companhia num montante de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), por julgá-lo excessivo em relação ao objeto. A redução se dará de forma proporcional à participação de cada acionista e será efetiva até 30 de abril de 2023.

Está sob análise da administração o fato do saldo da reserva legal exceder a proporção legal de 20% do capital social (art. 193, Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976). Para o exercício de 2023 serão definidas as tratativas sobre o excedente.

* * *

José Ferreira Abdal Neto
Diretor Presidente

Ricardo Idê Kintschner
Diretor Financeiro

Renato Barros Pinheiro
Contador
CRC PB-012257/O-5

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5CD72F9161514C7D90563D11EC4BA2CC

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: Relatório_EPASA22.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 46

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Lais Amaral

Assinatura guiada: Ativado

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Branca

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, SP 05001-100

lais.amaral@pwc.com

Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Lais Amaral

Local: DocuSign

13 de fevereiro de 2023 | 21:44

lais.amaral@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

13 de fevereiro de 2023 | 21:58

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Patricia Seoane

patricia.seoane@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:


Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:

 E140325D97B44FF...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 201.56.5.228

Registro de hora e data

Enviado: 13 de fevereiro de 2023 | 21:45

Visualizado: 13 de fevereiro de 2023 | 21:53

Assinado: 13 de fevereiro de 2023 | 21:58

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Lais Amaral

Copiado

Enviado: 13 de fevereiro de 2023 | 21:58

lais.amaral@pwc.com

Visualizado: 13 de fevereiro de 2023 | 21:58

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado: 13 de fevereiro de 2023 | 21:58

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	13 de fevereiro de 2023 21:45
Entrega certificada	Segurança verificada	13 de fevereiro de 2023 21:53
Assinatura concluída	Segurança verificada	13 de fevereiro de 2023 21:58
Concluído	Segurança verificada	13 de fevereiro de 2023 21:58

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------